



O ANO TERMINA E A LUTA CONTINUA

Chegamos ao final de 2021 e os servidores civis do Estado continuam com muitas dúvidas e anseios sobre o futuro. Os ataques aos direitos não cessam e o governador Carlos Moisés tem se comportado como um dos piores gestores das últimas décadas. Dentre suas medidas se destacaram a Reforma da Administrativa que consumiu todo o ano de 2019, paralisando atividades e deixando setores inteiros sem plano de ação e com objetivos indefinidos. Logo em seguida, no ano de 2020, veio a pandemia e o congelamento de direitos e a não contagem de tempo de serviço para conquistas de triênio e licença-prêmio. O ano de 2021, que se encerra, foi marcado pela Reforma da Previdência impondo aos servidores três sacrifícios: trabalhar mais e se aposentar com menos. O terceiro, foi a mão pesada do governo no bolso dos servidores aposentados e pensionistas que tiveram subtraído no mês de novembro o direito à isenção do desconto do IPREV, até então concedida para a faixa de proventos até R\$ 6.430,00. E a luta do SINTESPE para reverter o confisco de 14% no salário dos pensionistas e aposentados não se interrompe, porque nada impede que uma lei feita por gente má seja mudada por outras pessoas que tenham compromisso com a preservação de direitos e com as condições de vida dos servidores públicos. Assim como a grande maioria dos deputados estaduais, que não têm respeitado a pauta da classe trabalhadora, o governador tem usado o cargo para manter privilégios aos sonegadores em detrimento dos direitos dos servidores. Durante todo o ano de 2021 o SINTESPE tem sido

incansável na luta para impedir que os direitos que ainda restam sejam retirados. Exemplo é a PEC 32, chamada de reforma administrativa do governo Bolsonaro, mas na verdade se trata do fim do serviço público e dos servidores de carreira. Mesmo não tendo conseguido aprovar o projeto, é certo que essa luta precisará de toda nossa atenção no ano que se inicia. A ameaça da privatização dos portos de Imbituba e São Francisco do Sul foi outro objetivo do governo Moisés. Nesse caso, viu-se frustrado ao ter que enfrentar a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras. Os dois Portos são geridos pelo Estado, batem recorde em cima de recorde, tanto no quesito quantitativo de carga quanto em arrecadação milionária. A primeira batalha o governo perdeu e se depender do SINTESPE no próximo ano o fantasma da privatização será enterrado. A luta pela extensão e equiparação terá continuidade a partir de meados de fevereiro e início de março, pois as promessas propaladas pelo governo não foram cumpridas. Se o governo Moisés tirou dinheiro dos cofres do Estado para tocar obra federal, ao custo de mais de R\$ 400 milhões, se ampliou a isenção fiscal (receita) para os megaempresários, que irão passar de R\$ 7 bilhões de reais para R\$ 14 bilhões no ano eleitoral de 2022, não é justo sacrificar justamente os servidores que menos ganham e percebem vencimento fixos abaixo do valor do salário mínimo



Vigília permanente de servidores na frente da ALESC

nacional. Não arredaremos pé! Ainda há muita dúvida sobre o real alcance das medidas de aumento de gratificações e mudança de vencimentos que irão vigorar no ano de 2022, a serem pagas em duas parcelas: metade em janeiro e a outra no mês de julho. Se por um lado terá aumento, este acaba não sendo aplicado sobre toda a remuneração. Já o confisco dos 14% tem seu reflexo na remuneração ou provento bruto. Esse Natal foi muito triste para aqueles que tiveram seu ganho mensal reduzido devido à injustiça do governador Moisés, especialmente os pensionistas e aposentados, a grande maioria pessoas mais idosas, sem condições sequer de fazer um bico em função da idade e das doenças crônicas. Mas, especialmente, a passagem do companheiro Maurino Silva foi nossa maior tristeza nesse ano tão difícil, a perda irreparável de um amigo e conselheiro. Seguiremos - porque é preciso - o exemplo de luta do nosso valoroso companheiro. Maurino, presente!
Antônio Battisti - Presidente do SINTESPE



UM ANO DE MUITA LUTA

A pandemia dificultou a mobilização da categoria em 2021. Ainda assim, em lives, reuniões presenciais e híbridas, nas ruas, o SINTESPE fez a sua parte na luta contra os desmandos dos governos Carlos Moisés e Bolsonaro, inimigos dos servidores e do serviço público gratuito e de qualidade. Impedimos a privatização dos portos de Imbituba, São Francisco do Sul e Itajaí, e a votação da PEC 32, a contrarreforma administrativa de Bolsonaro-Paulo Guedes que não teve os votos necessários para ir à votação em plenário. A campanha salarial prossegue, sem abrimos mão das reivindicações, pois a maioria dos servidores das secretarias, autarquias e fundações ficaram de fora da extensão da segunda gratificação. Para os servidores da Saúde a luta continua pela incorporação integral da gratificação ou incidência no triênio, na hora-plantão e na insalubridade. No informativo de final de ano, o SINTESPE traz a retrospectiva dessas lutas travadas em nome da dignidade dos servidores estaduais. Em 2022, com energia renovada, unidos e mobilizados resistiremos aos ataques e reforçaremos a construção da unidade do conjunto dos servidores para pôr fim às disparidades, na busca pela equiparação dos direitos.



CAMPANHA SALARIAL

Reajuste parcelado até julho de 2022

Até esta última edição do informativo do SINTESPE, em 2021, o governo Moisés ainda não havia assinado as inúmeras leis que tratam dos aumentos dos vencimentos ou das gratificações. Uma coisa todas as futuras leis têm em comum: qualquer tipo de reajuste ou alteração de vencimento/gratificação será pago de forma parcelada, sendo a primeira na folha de janeiro e a segunda na folha de julho. Na página eletrônica do SINTESPE (www.sintespe.org.br), a partir do dia 3 de janeiro de 2022 será possível ter uma noção do tipo e da forma dos reajustes, que guardarão diferença segundo

o local ou órgão de trabalho do servidor. Infelizmente, o confisco dos 14% para aposentados e pensionistas irá tirar a maior parte dos aumentos que já estarão embutidos na folha do mês de janeiro de 2022. Será mais ou menos assim: governo Moisés dá com uma mão e tira com a outra (do bolso de aposentados e pensionistas).



SC tem superávit

Santa Catarina encerrou o ano de 2020 com superávit de R\$ 1,86 bilhão, segundo o Núcleo de Estudos de Economia Catarinense da UFSC. “Não existe justificativa para que o governo deixe de pagar reajuste salarial”, protesta o presidente do SINTESPE, Antônio Battisti. Em contrapartida, o governador Moisés protege empresários sonegadores (é de quase R\$ 2,9 bilhões a dívida das 16 maiores empresas instaladas em SC). “Se locupletam às custas do dinheiro público, sonegam tributos, roubam recursos que deveriam ser destinados à saúde e educação públicas e ainda fazem campanha contra o servidor público”, denuncia Battisti.



Passeatas, apitaços, atos públicos e vigília de servidores contra o governo Moisés

GOVERNADOR MOISÉS PERSEGUE SERVIDORES

NÃO AO CONFISCO!

O SINTESPE luta nas ruas e na Justiça contra o confisco de 14% nos proventos e pensões dos servidores sobre o valor que ultrapassar a um Salário Mínimo, incluído na contrarreforma da previdência do governo Moisés. Mandado de segurança, Ação Direta de Inconstitucionalidade, representação à Procuradoria de Justiça são tentativas da categoria para barrar tamanha crueldade. Moisés é o primeiro governador de SC a reduzir salário de servidor sob pretexto de um suposto déficit no IPREV. Aposentados e pensionistas prometem não esquecer de políticos que traíram a classe trabalhadora e viraram as costas para a categoria. “Os senhores meteram a mão no bolso dos servidores que gastam sua remuneração em tratamento de saúde, ajudando o filho, pagando seguro de vida”, criticou Battisti. “Tirar 14% do salário do servidor no momento de congelamento salarial e de pandemia é um ato desumano”. Vigílias na frente da Assembleia Legislativa e Tribunal de Justiça não impediram que, no dia 4 de agosto, a maioria dos deputados aprovassem a contrarreforma da Previdência, por 19 votos a favor, nove contrários e duas abstenções. Os servidores foram impedidos de entrar na Alesc e apanharam da polícia. Ao invés de cobrar sonegadores, garantir isonomia e igualdade a todos os servidores, realizar concursos públicos, parar de contratar terceirizados, cargos comissionados e temporários, Moisés concede isenções fiscais a padrinhos e apadrinhados. A previsão é de que o Estado deve abrir mão de R\$ 14 bilhões em 2022. Enquanto isso, condena os servidores a contribuírem por mais tempo e receberem benefício menor, confisca salários de aposentados e pensionistas em 14%.

Deputados fecham as portas às reivindicações dos servidores

O governo Moisés vinha anunciando desde o mês de maio que haveria reajuste para 100% dos servidores. Tudo não passava de uma estratégia para encobrir as maldades contidas na sua proposta de Reforma da Previdência. Os meses foram se passando, enrola



aqui e acolá, e passados exatos sete meses, eis que o governo resolveu apresentar de uma única vez quase duas dezenas de projetos de leis. Tudo parecia estar escrito e acertado com os deputados. Durante 30 dias, o SINTESPE manteve a barraca da vigília na ALESC, mobilizando servidores nos locais de trabalho, realizando atos, reunindo o Comando Unificado na busca da equiparação e extensão das gratificações. Mas ninguém previa o que viria a acontecer: no dia 21 de dezembro, as dezenas de projetos foram pautados para serem votados pelos 40 deputados. O deputado Marcos Vieira tentou encobrir o prato feito propondo que não fossem expostos no painel os votos de cada parlamentar. Era o primeiro sinal de que os compromissos assinados em gabinete e publicados por meio de Emendas não seriam cumpridos pela maioria dos seus autores. No dia 21 de dezembro de 2021 os servidores e servidoras, com seus salários congelados desde 2012 e sem terem direito à segunda gratificação, não arredaram o pé. Foi “o dia dos horrores”, sentenciou a servidora aposentada da Fundação Catarinense de Cultura. “Traição, traição, traição”, era a palavra de ordem contada a cada votação. Mas a luta não para. No início de fevereiro o Comando Unificado voltará a se reunir no SINTESPE para tirar o cronograma de mobilização e



as ações a serem desenvolvidas no transcorrer do primeiro semestre, juntando também a luta para derrubar o confisco dos 14%.

DERROTAR A REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32) DO BOLSONARO

Para evitar o fim do serviço público

O SINTESPE esteve presente na organização do Ato Estadual Unificado "Por mais e melhores serviços públicos", dia 18 de agosto, na Catedral, em Florianópolis, e nas demais atividades organizadas pelo movimento sindical voltadas a derrotar a Reforma Administrativa que tramita no Congresso Nacional por meio da PEC 32. Além de ter assinado a Lei Federal nº 173/2020 que proibiu o reajuste dos vencimentos dos servidores nos anos 2020 e 2021, o presidente Bolsonaro pretende acabar com o

concurso público por meio da PEC 32. Também está na mira o fim do triênio e licença-prêmio. Outro ponto grave contido na PEC 32 autoriza governadores a reduzir salários dos servidores em até 25% com a redução da carga horária para seis horas diárias. A contrarreforma administrativa é um ataque sem precedentes ao serviço público, colocando em risco os Sistemas de Saúde e Educação Públicos, o que produzirá o aumento da desigualdade social, do desemprego, a entrega do Estado

ao capital privado, a volta do clientelismo político, o aprofundamento da corrupção e a manutenção dos privilégios. O SINTESPE conclama os servidores públicos estaduais a entrarem no ano de 2022 dispostos a combater a Reforma Administrativa do Bolsonaro, também defendida pelo governador Moisés. Manter a pressão sobre os deputados federais de Santa Catarina e construir uma greve geral nacional são ações urgentes para colocar um ponto final na PEC 32.

A FALTA QUE VOCÊ FAZ

A notícia mais triste do ano para nós do SINTESPE foi a morte repentina do companheiro Maurino Silva, ex-presidente e diretor do Sindicato, da CUT/SC e secretário geral da Fenasepe. Maurino nos deixou na noite do dia 14 de novembro. Foi tudo muito rápido e sem explicação, segundo relatou o filho Maurício, que é servidor federal e reside em Brasília. Maurino seguia com o filho e a neta pequena que, de longe, perceberam o tombo sozinho, do nada, com a bicicleta. Uma semana antes aconteceu o Congresso do SINTESPE, onde Maurino se fez presente, colocando o seu nome para representar o Sindicato nas atividades de combate à Reforma Administrativa - PEC 32 que vinham sendo realizadas em Brasília. Sua presença, sua atenção, sua dedicação, sua forma de atender a todos sem distinção, e de fazer amigos será sempre lembrada. Saudade eterna.



O SINTESPE convoca os servidores estaduais sindicalizados a participarem da Assembleia Geral que será realizada no dia 12 de janeiro de 2022 (quarta-feira), às 14 horas, na sede (Praça Olívio Amorim, 82, centro, em Florianópolis). O Edital de Convocação foi publicado no Diário Catarinense, edição de 26 de dezembro/2021. Veja:



SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SC

Praça: Olívio Amorim, 82 – Centro – Florianópolis/SC. - Fone: (48) 3223-6097

www.sintespe.org.br / sintespe@sintespe.org.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL DO SINTESPE/SC

O SINTESPE – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 80673429/0001-89, com sede na Praça Olívio Amorim, 82 – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88020-090, com fundamento nos artigos 17, 18, 19, 20, 30, d e 95 do Estatuto e, para cumprimento das determinações contidas no item 1, c) do Protocolo n. 62717, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutela, de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca da Capital, convoca os Servidores Públicos Estaduais associados à entidade para participarem da ASSEMBLEIA GERAL, a se realizar no dia 12 de janeiro de 2022 (quarta-feira) às 14 horas, no Auditório da sede do SINTESPE. O quorum para instalação da Assembleia será de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos sindicalizados, no mínimo, em primeira convocação e, em segunda, meia hora depois, às 14h30minutos, com qualquer número, para fim específico de promover alterações estatutárias visando a adequação ao Código Civil Brasileiro e àquelas já indicadas no I Congresso Extraordinário realizado no dia 5 de novembro de 2021:

Florianópolis, 23 de dezembro de 2021

ANTONIO LUIZ BATTISTI
Presidente

MARILEIA GOMES
Secretária Geral



SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA
Publicação oficial que expressa a opinião e posicionamento da Diretoria Executiva do SINTESPE. Sede: Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP 88020-090 - Telefone (48) 3223-6097. Núcleo de Criciúma: (48) 2102-7330. Núcleo de Chapecó: (49) 3323-8638. Núcleo de Joinville: (47) 3026-5934. Núcleo de Lages: (49) 3229-0023. Núcleo de São Miguel do Oeste: (49) 3621-2696. Novembro/2021. Tiragem: 7.500 exemplares - Distribuição gratuita e dirigida. Edição: INFORMA. **Sindicato é ferramenta de luta dos trabalhadores. Filie-se!**

www.sintespe.org.br sintespe.sc @sintespe.sc @sintespe (48) 99843-0267 sintespe@sintespe.org.br